

PFL lidera emendas

BRASÍLIA – O PFL é campeão absoluto na apresentação de emendas ao pacote fiscal do governo. Das 320 emendas apresentadas à Medida Provisória nº 1.602, que trata do corte de incentivos tributários e do aumento do imposto de renda da pessoa física, os dois pontos mais polêmicos do pacote, 123 são de senadores ou deputados pefelistas. É um número quase cinco vezes maior que as propostas dos parlamentares do PT e mais que o dobro das apresentadas pelo PDT, segundo partido em emendas.

A MP nº 1.602, aliás, reúne mais da metade do total de 603 emendas apresentadas ao conjunto das oito medidas provisórias que compõem o pacote. Os líderes do governo no Congresso reconhecem que a estatística demonstra ser quase impossível aprovar a MP sem modificações.

“Vamos estudar amanhã (hoje) o conjunto das emendas e em seguida abriremos negociações diretamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele precisa, de agora em diante, ter contatos diários com a sua base para discutir o assunto”, afirmou o líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES).

O relator da MP nº 1602, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), insiste na tramitação da proposta, que tem 73 artigos, a toque de caixa. Brant pretende apresentar seu parecer na quinta-feira aprová-lo

no mesmo dia, sem modificações.

Mas a descrença no cumprimento do prazo é geral. “Essa MP não é como as outras, tem que ter um tratamento especial”, afirmou Élcio Álvares. Entre os autores de emendas estão o próprio presidente da comissão que analisa a MP, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), com 12 propostas, o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), com seis, o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), com sete, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), com uma emenda, e o vice-líder do governo no Congresso, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), também com uma.

A supressão do aumento do imposto de renda da pessoa física é o objetivo da emenda de Antônio Carlos.

■ O corte de 50% nos incentivos da Zona Franca de Manaus, um dos pontos do pacote de ajuste fiscal lançado pelo governo no último dia 10, poderá terminar no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), entidades patronais da indústria no Amazonas já estão elaborando uma ação direta de constitucionalidade contra a medida, no caso de fracasso das negociações entre governo e Congresso para eliminar este ponto.